



Como o governo quer diminuir o poder do Estado

A redução da interferência do governo na economia e o aumento da eficiência da máquina administrativa serão duas das principais preocupações do pacote que o governo vai mandar

ao Congresso esta semana. Além da privatização de algumas estatais, também haverá medidas desburocratizantes e de estímulo à redução do atual quadro de funcionários federais.



O pacote econômico que o governo enviará nesta semana ao Congresso inclui um conjunto de medidas com o objetivo de reduzir a interferência do Estado na economia e reformar a máquina administrativa governamental, hoje ineficiente e onerosa.

De acordo com o secretário-geral do Ministério do Planejamento, Andréa Calabi, o governo espera obter pelo menos Cr\$ 10 trilhões só em 1986, com a venda de ações e privatização de empresas estatais. Na área da reforma administrativa, também haverá um ganho significativo, na medida em que uma série de despesas deverão ser cortadas.

O governo pretende extinguir órgãos desnecessários, sanear e capitalizar suas empresas, e depois privatizar aquelas que passaram para o governo mas não se enquadram nas atividades típicas do setor público brasileiro. Espera, com isso, obter recursos livres para os programas sociais e para a redução do desequilíbrio financeiro crônico.

Algumas medidas já praticamente definidas são as seguintes:

Privatização

1. O governo anunciará as regras básicas para privatização de um conjunto de empresas. Existe hoje uma lista de 27 empresas a serem colocadas à venda. Foi feita outra lista, recentemente, mas a Sepplan, evita divulgá-la para não causar problemas às empresas.

2. Os bancos de investimentos serão convidados para avaliar o patrimônio das estatais que podem ser privatizáveis. O governo considera que os bancos de investimentos terão melhores condições de vender ao setor privado as empresas estatais.

3. Colocação de lotes de ações de estatais em poder do BNDES: o primeiro lote, da Petrobrás, terá início provavelmente dia 25. A ação deverá custar Cr\$ 1 mil. O comprador terá de fazer uma compra mínima de um lote de mil ações.

4. Também terá grande importância a desregulamentação, que tornará menor a interferência estatal na economia através de normas, leis etc. Serão facilitadas as concessões para abertura de corretores, de agências de turismo; a obtenção de recursos via Beflex, o programa de incentivo às exportações. O Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI —, do MIC, será desburocratizado. Também será importante a eliminação do artigo seis do código de mineração, que impõe a criação de uma empresa a cada cinco subestâncias minerais pesquisadas. Com isso, por exemplo, o governo vai acabar com 44 empresas que só existem no papel e cuja holding é a Companhia Vale do Rio Doce.

Reforma

1. O governo pensa em estimular a retirada gradual de um contingente elevado de servidores públicos. Vai propor ao Congresso, por exemplo, a aposentadoria voluntária a partir de dez anos de trabalho. O servidor ganhará a aposentadoria de acordo com seu tempo de serviço. O Congresso deve ser chamado a aprovar um período para que o servidor faça sua opção.

2. Além de estimular a aposentadoria voluntária, o governo anuncia "aperto" no pessoal das estatais. Haverá demissões graduais e silenciosas. Neste ano, desde julho, já foram demitidos quatro mil funcionários.

3. Será assinado um decreto promulgando a criação de novos órgãos públicos. Eles já chegam a 20.240 e este ano foram criados mais 23.

4. Para tentar minorar a situação de aperto na área de pessoal federal, é possível que o governo venha a anunciar o pagamento do 13º salário, na base de 2 1/2 avos este ano. Isso representaria uma despesa de Cr\$ 260 bilhões para o Tesouro em 1985.

5. Será imposta uma espécie de "carta de intenções" para as empresas públicas que dependem de recursos do Tesouro para sobreviver. Elas só receberão verbas se fizerem reformas estruturais, inclusive de gerência, para apresentar melhores resultados operacionais.

6. A Sest — Secretaria Especial de Controle das Estatais — passará a controlar apenas as 236 empresas produtivas estatais, 15 bancos federais oficiais, 6 empresas de previdência social e 15 concessionárias de energia elétrica. O controle sobre as 142 empresas típicas de governo será transferido para a SOF — Secretaria de Orçamento e Finanças.

Micross

Novidades também na área de microempresas. O governo vai criar um imposto único para elas. Atualmente, pequenas e médias empresas pagam uma série exagerada de impostos, que na realidade são um problema burocrático enorme que as leva a sonegar impostos. Com apenas um tipo de imposto, o governo acredita que evitará a sonegação e reduzirá os problemas dessas empresas.

Assis Moreira - AE Brasília